

Redes de cooperação para a inclusão educacional na América Latina e Caribe: desafios e contribuições

Redes de cooperación en América Latina y el Caribe para la inclusión educativa: desafíos y contribuciones

Cooperation networks in Latin America and the Caribbean about educational inclusion: challenges and contributions

¹Jáima Pinheiro de Oliveira, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0156-3804>

²Luiz Renato Martins da Rocha*, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2884-4956>

³Enicéia Gonçalves Mendes, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3673-0681>

⁴Arlett Krause Arriagada, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2329-9212>

¹Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.

²Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil.

³Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP, Brasil.

⁴Universidad de La Frontera (UFRO) Temuco, Chile

*Autor para la correspondência: luizrenato@usp.br

Resumo

Este artigo apresenta um mapeamento descritivo e uma análise das principais redes de cooperação na América Latina e no Caribe voltadas à educação inclusiva de pessoas com deficiência. Com base em uma abordagem qualitativa e descritiva, o objetivo é identificar redes governamentais e não governamentais, bem como observatórios e iniciativas acadêmicas que promovam ações voltadas à garantia dos direitos das pessoas com deficiência e ao acesso à educação inclusiva. Os resultados do estudo destacam as contribuições dessas redes na promoção de políticas públicas inclusivas, na conscientização social e no fortalecimento de boas práticas. No entanto, observam-se desafios como a falta de acessibilidade nos sites, a desatualização das informações e a ausência de redes dedicadas à pesquisa científica sobre o tema, aspectos que limitam seu impacto. Por fim, o trabalho ressalta a importância de fortalecer alianças regionais e internacionais, inovar na comunicação e fomentar a criação de redes de pesquisa científica para a construção de um sistema educacional equitativo e inclusivo.

Palavras-chave: educação inclusiva; redes de cooperação; pessoas com deficiência

Resumen

Este artículo presenta un mapeo descriptivo y un análisis de las principales redes de cooperación en América Latina y el Caribe orientadas a la educación inclusiva de personas con discapacidad. El propósito, mediante un enfoque cualitativo y descriptivo, es identificar redes gubernamentales y no gubernamentales, así como observatorios e iniciativas académicas, que promuevan acciones orientadas a garantizar derechos de las personas con discapacidad y el acceso a la educación inclusiva. Los resultados del estudio destacan las contribuciones de las redes en la promoción de políticas públicas inclusivas, conciencia social y fortalecimiento de buenas prácticas. Sin embargo, se observan como desafíos, la falta de accesibilidad de las webs, la actualización de información y la ausencia de redes dedicadas a la investigación científica sobre el tema, aspectos que limitan su impacto. Finalmente, el trabajo destaca la importancia de fortalecer las alianzas regionales e internacionales, innovar en la comunicación y fomentar la creación de redes de investigación científica para la construcción de un sistema educativo equitativo e inclusivo.

Palabras clave: inclusión educativa; redes de cooperación; personas con discapacidad

Abstract

This article presents a descriptive mapping and an analysis of the main cooperation networks in Latin America and the Caribbean focused on inclusive education for people with disabilities. Through a qualitative and descriptive approach, the

purpose is to identify governmental and non-governmental networks, as well as observatories and academic initiatives that promote actions aimed at ensuring the rights of people with disabilities and access to inclusive education. The study's results highlight the contributions of these networks to the promotion of inclusive public policies, social awareness, and the strengthening of good practices. However, challenges were identified, such as the lack of web accessibility, outdated information, and the absence of networks dedicated to scientific research on the topic—factors that limit their impact. Finally, the article emphasizes the importance of strengthening regional and international partnerships, innovating in communication, and fostering the creation of research networks to build an equitable and inclusive educational system.

Keywords: inclusive education; cooperation networks; people with disabilities

Introdução

As redes podem ser concebidas como instrumentos de cooperação e colaboração entre entidades similares, cujo objetivo central deve ser o desenvolvimento e o fortalecimento de suas atividades. A construção de redes tornou-se cada vez mais comum e frequente entre as Instituições de Educação Superior, gerando impactos significativos tanto dentro, quanto fora das comunidades universitárias (Oliveira & Bracken, 2025).

A relevância das redes de cooperação, especialmente no âmbito da inclusão de pessoas com deficiência, ganha ainda mais destaque em contextos regionais nos quais as diversidades sociais, culturais e econômicas impactam diretamente a implementação de políticas públicas e iniciativas educativas (UNESCO, 2020). As redes têm o potencial de ampliar a circulação de informações, mobilizar recursos e fortalecer a capacidade de incidência sobre esses temas, contribuindo para superar barreiras históricas e estruturais enfrentadas pelas pessoas com deficiência (OMS, 2011).

A educação inclusiva constitui um eixo fundamental do direito a uma educação de qualidade para todos. Sistemas educativos e escolas inclusivos possibilitam que todos os integrantes das comunidades educativas construam uma valorização positiva da diversidade (UNESCO, 2015). Isso convida todos a considerar aspectos centrais para abordar a inclusão em diferentes contextos, processo que implica:

- a) a busca permanente por melhores formas de atender à diversidade, considerando que o tempo é um fator relevante;
- b) presença, participação e sucesso no sistema;
- c) identificação e eliminação de barreiras;
- d) ênfase em grupos em situação de risco, marginalização ou exclusão (Echeita & Ainscow, 2011).

Segundo Calderón-Almendros (2019), a construção de narrativas coletivas por parte de grupos minoritários é fundamental para questionar discursos hegemônicos que perpetuam a exclusão em contextos educativos. Essas narrativas emergem da “dor coletiva”, transformando-a em ações de

resistência e ressignificação do sentido da inclusão. Assim, as redes de cooperação educativa podem desempenhar um papel central na promoção dessas vozes, oferecendo um espaço para transformar a linguagem tecnocrática em discursos humanos e emocionais, essenciais para mudanças estruturais.

No marco de uma educação inclusiva, o trabalho em rede configura-se como uma estratégia fundamental para avançar rumo a instituições mais equitativas, vinculadas ao seu território e comprometidas com a diversidade. Nesse sentido, deve-se assumir que a atenção à deficiência e/ou à neurodivergência não pode ser abordada de maneira isolada, mas a partir de uma lógica de cooperação interinstitucional e territorial, identificando pontos em comum e objetivos compartilhados (Méndez et al., 2023).

Além disso, como apontam pesquisas recentes (García et al., 2022), as ações das redes podem preencher lacunas de apoio técnico e científico, promovendo maior integração entre pesquisadores e formuladores de políticas públicas. Entretanto, essa integração ainda enfrenta desafios importantes, como a fragmentação das iniciativas, a baixa conectividade entre grupos de pesquisa e a falta de financiamento sustentável, o que limita o impacto dessas redes (RREI, 2023). Assim, compreender e mapear essas redes é essencial para identificar boas práticas, fomentar parcerias e difundir informações a um público mais amplo, incluindo educadores, gestores e familiares.

A América Latina e o Caribe apresentam um cenário diverso de redes de apoio a pessoas com deficiência, com forte presença de organizações não governamentais. Embora exista um número considerável dessas entidades, é possível observar desafios como a ausência de sites funcionais e acessíveis em algumas delas, além de uma maior concentração em ações de defesa de direitos.

O exame dos sites dessas organizações revelou limitações na atualização e no acesso às informações, o que pode restringir o alcance de seu trabalho. Essas redes desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão e na luta por políticas públicas mais equitativas para as pessoas com deficiência na região. Por outro lado, encontram-se dificuldades para identificar redes voltadas à pesquisa científica, como redes formadas por pesquisadores da área ou redes que abriguem grupos de pesquisa.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo identificar e sistematizar informações sobre as principais redes latino-americanas cuja temática está voltada às pessoas com deficiência. Em segundo lugar, pretende-se apoiar a divulgação dessas redes. Essa descrição busca contribuir para preencher uma lacuna relativa às redes de pesquisa científica latino-americanas sobre inclusão educativa de pessoas com deficiência.

Sem dúvida, a América Latina avançou significativamente nas últimas duas décadas em termos de políticas públicas e legislação voltadas, em geral, às pessoas com deficiência. Ainda assim, persistem desafios, especialmente relacionados à Educação. Outros aspectos, como a falta de acessibilidade e o capacitismo, também se destacam neste cenário.

Alguns desafios enfrentados por pessoas com deficiência na América Latina ao ingressar na escola, segundo a Rede Regional para a Educação Inclusiva (RREI), são muito semelhantes e também se aproximam daqueles frequentemente apontados por pesquisas no Brasil, tais como: a negativa de matrícula e a justificativa dessa negativa vinculada à ausência de professores de apoio e/ou profissionais de apoio (nomenclatura presente na legislação brasileira). A RREI também menciona o aumento das mensalidades e a imposição de avaliações baseadas em diagnósticos médicos, entre outros. Em muitos locais, ainda há desconhecimento por parte de famílias e cuidadores acerca dos direitos de acesso, permanência e aprendizagem, o que dificulta a utilização de mecanismos de denúncia.

Diante disso, as articulações entre diferentes experiências de docentes e pesquisadores, em uma região com características semelhantes, podem contribuir significativamente para esses avanços. Além disso, essa articulação pode ocorrer de forma concomitante às associações e instituições mencionadas anteriormente e que aparentam ter maior visibilidade.

O presente texto organiza-se em uma sequência lógica e temática, dividido em partes que articulam a análise teórica e prática de redes e observatórios relacionados à educação inclusiva. Inicialmente, apresenta-se uma introdução que contextualiza o tema, define o papel das redes de cooperação e destaca sua importância para a educação inclusiva. Em seguida, expõem-se os procedimentos metodológicos da pesquisa e, logo após, o texto explora em detalhe as principais redes e observatórios da América Latina e do Caribe, organizando as informações por meio de descrições específicas das iniciativas, seus objetivos, metodologias e contribuições.

Além disso, são abordados os desafios enfrentados e os avanços alcançados por essas redes, reforçando a relevância de suas ações para a construção de políticas públicas inclusivas. Por fim, apresentam-se considerações finais que sintetizam os principais achados e apontam perspectivas futuras para fortalecer e ampliar as iniciativas analisadas, promovendo a reflexão sobre a educação inclusiva como um direito fundamental.

Sobre a busca realizada

Calderón-Almendros (2023) sustenta que a participação das comunidades na pesquisa e na prática educativa inclusiva é crucial para subverter as dinâmicas de poder que marginalizam determinados grupos. Trabalhar com narrativas emergentes de grupos oprimidos não apenas fortalece suas vozes, mas também desafia as estruturas institucionais que frequentemente ignoram suas realidades. Essa abordagem comunitária tem sido aplicada em diferentes contextos, demonstrando como redes colaborativas podem promover mudanças significativas nos sistemas educacionais.

Nesse contexto, a busca baseou-se em uma pesquisa com enfoque qualitativo, realizada a partir de um levantamento bibliográfico e documental, de caráter descritivo, que priorizou a sistematização e a caracterização de redes nacionais, latino-americanas e caribenhas com temáticas centradas em pessoas com deficiência. O foco principal está em identificar programas, legislações e políticas educacionais que promovam a inclusão, bem como analisar sua articulação com organismos multilaterais.

Procedimentos para a coleta de informações

A coleta de informações foi realizada mediante consulta a sites oficiais dos Estados nacionais da América Latina e do Caribe, bem como a organismos multilaterais e fontes acadêmicas. As principais fontes de dados incluíram:

- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe)
- UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
- Google Acadêmico
- SITEAL (Sistema de Informação de Tendências Educativas na América Latina)
- Indicadores provenientes de artigos acadêmicos
- Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI)
- Outras fontes documentais relevantes

Seleção das fontes

Os critérios utilizados para a seleção das fontes foram:

1. O tema central das redes deveria estar relacionado às pessoas com deficiência e/ou às necessidades educacionais especiais (NEE), nomenclatura ainda comum em alguns países da América Latina, com foco na inclusão educacional.

2. As redes deveriam priorizar países da América Latina e do Caribe, promovendo ações voltadas à educação, às políticas públicas e à transferência de políticas mediadas por organismos multilaterais.
3. As fontes deveriam ser confiáveis e reconhecidas academicamente, com prioridade para aquelas mantidas por governos, organizações internacionais ou redes acadêmicas.

Justificativa para a escolha das fontes

Deu-se prioridade às redes listadas no site da CEPAL, devido à sua relevância no contexto latino-americano e caribenho e ao alinhamento de seus objetivos com a temática da inclusão. O site da CEPAL apresenta ampla documentação sobre programas e políticas voltadas às pessoas com deficiência, o que possibilita uma análise abrangente e aprofundada.

Organização das informações

As informações coletadas foram sistematizadas e analisadas com base nos seguintes eixos temáticos:

- Estrutura e atuação das redes: identificação de objetivos, principais atividades e alianças.
- Impacto das redes na educação inclusiva: análise das contribuições para a promoção de direitos e de políticas públicas.
- Desafios enfrentados: destaque para questões de acessibilidade, atualização das informações e alcance das ações.

Acerca das redes encontradas

De acordo com as análises de Apple (2013) e Calderón-Almendros (2019), as redes educativas podem se beneficiar ao adotar o conflito como catalisador de mudança. Em vez de buscar a homogeneidade, as redes deveriam priorizar o enfrentamento das tensões históricas e estruturais, permitindo que vozes diversas sejam incorporadas às políticas e práticas. Essa perspectiva destaca a necessidade de redes que transcendam os tecnicismos e adotem uma abordagem humanista para promover a inclusão.

Como mencionado anteriormente, algumas redes estão mais vinculadas a categorias específicas de deficiência e defendem os direitos dessas categorias. Um exemplo disso é a União Latino-Americana

de Cegos (ULAC). A ULAC é uma organização regional que promove e defende os direitos de pessoas cegas e com deficiência visual na América Latina.

A organização foi fundada em 1985, na cidade de Mar del Plata, na Argentina. Trata-se de uma organização internacional não governamental e sem fins lucrativos. Suas operações concentram-se prioritariamente na região latino-americana, e sua sede institucional está localizada em Montevidéu, Uruguai, onde se situa o Escritório Técnico.

A ULAC possui grande abrangência latino-americana, embora suas atividades sejam bastante semelhantes às de diversas associações existentes nos países da região, tais como: Associação Brasileira de Ação por Direitos das Pessoas com Autismo (ABRAÇA), Associação Civil por la Igualdad y la Justicia (ACIJ), na Argentina; Associação Colombiana de Síndrome de Down (ASDOWN); Associação Peruana de Déficit de Atenção (APDA), Down 21 Chile; Federação Nacional de Mães, Pais e Famílias de Pessoas com Deficiência de Honduras (FENAPAPEDISH), entre outras.

Outro exemplo de rede mais específica, semelhante à ULAC, é a Rede Ibero-Americana de Entidades de Pessoas com Deficiência Física, que busca representar pessoas com essa condição. Seu objetivo é promover a unidade e a capacidade de autogestão dos grupos vinculados ao espaço ibero-americano. Criada em 2001, a rede reúne atualmente 22 associações de pessoas com deficiência física de 13 países.

A Rede Regional pela Educação Inclusiva da América Latina (RREI) é uma coalizão de organizações da sociedade civil que reúne pessoas com deficiência, suas famílias e defensores de direitos humanos de países como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru, Uruguai e Honduras. Seu objetivo central é promover o direito das pessoas com deficiência a uma educação inclusiva em escolas comuns, garantindo equidade e respeito à diversidade.

A RREI foi criada em agosto de 2015, durante o Encontro Regional pela Educação Inclusiva realizado em Buenos Aires, Argentina. Nesse evento, diversas organizações decidiram unir forças para constituir uma rede com capacidade de incidência em políticas públicas nos níveis nacional, regional e internacional. Seu propósito é assegurar que os Estados garantam o direito de todas as pessoas, especialmente aquelas com deficiência, a uma educação inclusiva.

Além disso, a RREI coordena ações que buscam envolver a sociedade civil, famílias e aliados, promovendo a conscientização sobre a importância da educação inclusiva.

A criação da RREI foi motivada pelo reconhecimento de que, nos países latino-americanos, os direitos das pessoas com deficiência são sistematicamente violados, especialmente no campo

educacional. Barreiras significativas ainda impedem que aprendam e participem em igualdade de condições.

A RREI é composta por diversas organizações da América Latina, entre as quais:

- Brasil: Associação Brasileira de Ação por Direitos das Pessoas com Autismo (ABRAÇA); Federação Brasileira de Associações de Síndrome de Down; Fundação Síndrome de Down.
- Argentina: Associação Civil por la Igualdad y la Justicia (ACIJ); Grupo Artículo 24 por la Educación Inclusiva.
- Chile: Down 21 Chile.
- Colômbia: Associação Colombiana de Síndrome de Down (ASDOWN); Fundación Síndrome de Down del Caribe (Fundown Caribe).
- Peru: Associação Peruana de Déficit de Atenção (APDA); Sociedade Peruana de Síndrome de Down (SPSD); Colectivo Down Perú; Sociedad y Discapacidad (SODIS).
- Paraguai: Federación Juntos por la Inclusión; Fundación Saraki.
- Uruguai: Grupo de Trabajo sobre Educación Inclusiva (GT-EI); Instituto Interamericano sobre Discapacidad y Desarrollo Inclusivo (iiDi).
- Honduras: Federación Nacional de Madres, Padres y Familias de Personas con Discapacidad de Honduras (FENAPAPEDISH).

O trabalho da RREI tem sido fundamental para promover uma educação inclusiva de qualidade na América Latina. Por meio de suas ações, a rede busca combater a discriminação sistêmica e implementar políticas públicas que garantam acesso, permanência e aprendizagem em escolas comuns.

No âmbito universitário, destaca-se a Rede Interuniversitária Latino-Americana e Caribenha sobre Deficiência e Direitos Humanos (RedLat), criada em 2009, para promover o intercâmbio de experiências e recursos capazes de fortalecer políticas vinculadas ao ensino, à extensão e à pesquisa, gerando um compromisso coletivo com a responsabilidade social inerente à educação inclusiva com perspectiva de direitos humanos (RedLat, 2025).

A RedLat é um espaço aberto e reúne representantes de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Colômbia, Cuba, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Seu objetivo é construir universidades não excludentes e em diálogo permanente com a comunidade (Méndez et al., 2023).

Entre as redes universitárias, encontra-se também a rede vinculada às universidades públicas do Chile, descrita por Krause e García (2025): a Rede de Universidades Estatais do Chile para a Inclusão de

Estudantes em Situação de Deficiência. A rede reúne 18 instituições universitárias e busca fortalecer processos de inclusão e transformação das comunidades de pessoas com deficiência e condições neurodiversas.

Há também redes do tipo Observatórios, que constituem mecanismos especializados de monitoramento dos direitos das pessoas com deficiência. Alguns deles dedicam-se à pesquisa e à produção de conhecimento, indo além das funções sociais e técnicas. Alguns exemplos são apresentados a seguir.

O Observatório Chileno dos Direitos das Pessoas com Deficiência (OCDPD) é uma iniciativa interdisciplinar desenvolvida pela Fundación Chilena para la Discapacidad (FCHD), em parceria com a Fundación ONCE (Organización Nacional de Ciegos de España) para a América Latina. Seu objetivo principal é promover o acompanhamento e a vigilância da implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Chile, fornecendo ferramentas que empoderem a população com deficiência e ampliem sua participação em decisões estatais sobre políticas e programas.

O processo é conduzido pela equipe de pesquisa da FCHD, que colabora com pessoas com deficiência não organizadas, lideranças comunitárias e organizações de inclusão. O observatório realiza um acompanhamento sistemático da implementação da CDPD no Chile, utilizando recursos metodológicos, tais como:

- Indicadores ODS-CDPD: articulam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com os direitos previstos na CDPD;
- Diretrizes Metodológicas do ACNUDH: orientações estabelecidas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos para indicadores de direitos humanos.

O Observatório Chileno desempenha um papel essencial no fortalecimento dos direitos das pessoas com deficiência no país, oferecendo informações detalhadas que ajudam a identificar lacunas e propor melhorias em políticas públicas. É uma das iniciativas mais completas da região.

Esse trabalho é similar ao desenvolvido por outros observatórios, como o Observatório Regional da Deficiência, o Observatório Nacional de Direitos Humanos do México e o Observatório Uruguaio dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que sistematiza informações sobre a implementação da CDPD e da Convenção Interamericana (CIADDIS). Sua plataforma intuitiva facilita o acesso a indicadores, legislação e dados comparativos entre países — constituindo uma das bases mais relevantes para pesquisas na área.

Outro exemplo é o Observatório da Deficiência, vinculado à Agência Nacional de Deficiência da Argentina. Sua finalidade é gerar, difundir e sistematizar informações sobre direitos das pessoas com deficiência, além de monitorar a aplicação da CDPD e orientar o alinhamento das políticas públicas nacionais aos princípios internacionais. Criado pelo Decreto 806/2011, opera por meio de Grupos de Trabalho que reúnem representantes governamentais e organizações da sociedade civil.

O funcionamento do Observatório segue os Princípios de Paris, garantindo independência, pluralidade e eficácia. Sua atuação contribui para:

- maior visibilidade;
- fortalecimento de políticas públicas;
- ampliação da participação social.

Outras redes estão vinculadas diretamente a governos. É o caso da Rede Intergovernamental Ibero-Americana de Cooperação para a Educação de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (RIINEE), que integra ministérios e departamentos de educação de diversos países da América Latina e do Caribe. A rede surgiu na Primeira Conferência sobre Cooperação Educativa com a América Latina em Educação Especial e Inclusão Educativa, realizada em 2004, em Madrid.

Ainda, há outras redes relevantes, tais como a Rede Latino-Americana de Organizações de Pessoas com Deficiência e suas Famílias (RIADIS). Ela reúne 58 organizações de 20 países da região e funciona também como importante base de dados, compilando legislações nacionais. Um de seus principais focos é monitorar a implementação da CDPD. Criada em 2002, sua sede está atualmente na Colômbia.

Mais recentemente, em maio de 2024, foi realizado um evento no Brasil com a participação de 13 países para a criação da Rede Ibero-Americana para o Desenvolvimento de Sistemas Educativos Inclusivos (Redsei), vinculada à OEI (Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura). Essa rede pretende promover ações conjuntas para consolidar compromissos referentes à inclusão de pessoas com deficiência nos sistemas educacionais.

Enfim, esas redes desempenham um papel fundamental no fortalecimento do debate e da implementação de políticas e práticas inclusivas em toda a América Latina e o Caribe. Ao conectar pesquisadores, instituições educativas, organizações não governamentais e formuladores de políticas, criam espaços de diálogo, colaboração e troca de boas práticas. Contribuem para a difusão de conhecimento, o fortalecimento de iniciativas locais e regionais, e a construção de políticas públicas mais justas e inclusivas. Ao promover ações concretas e baseadas em evidências, ampliam a conscientização

social sobre a importância da educação inclusiva, garantindo que cada pessoa — independentemente de suas condições ou necessidades — tenha acesso a uma educação de qualidade, equitativa e digna.

Considerações Finais

As redes educativas na América Latina têm desempenhado um papel importante na resistência às reformas neoliberais, que frequentemente desvalorizam o papel social da educação. Como destacam Oliveira e Feldfeber (2024), a formação de redes como “*terceiro espaço*” possibilita a construção de práticas educativas que desafiam a mercantilização da educação, promovendo um ambiente de solidariedade e ação coletiva.

Este estudo evidenciou a importância estratégica das redes de cooperação na América Latina e Caribe como ferramentas essenciais para promover a educação inclusiva e os direitos das pessoas com deficiência. A análise revelou o papel fundamental dessas redes, especialmente em países que enfrentam significativos desafios sociais e econômicos, na articulação de iniciativas locais e regionais voltadas à construção de políticas públicas mais inclusivas.

As redes identificadas — como ULAC, RREI, RIINEE e RedLat — contribuíram substancialmente para o fortalecimento de direitos e a sensibilização sobre as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência, impulsionando ações concretas que impactam positivamente a vida de milhares de pessoas. Além disso, o trabalho de observatórios, como o Observatório Chileno dos Direitos das Pessoas com Deficiência e o Observatório Uruguaio dos Direitos das Pessoas com Deficiência, ressalta a relevância do monitoramento sistemático e da produção de dados para subsidiar políticas públicas e ampliar a participação social.

Entretanto, o estudo também destaca lacunas que precisam ser enfrentadas. Aponta-se a falta de acessibilidade e atualização dos sites de algumas redes, o que limita o alcance da informação e, particularmente, o acesso e a interação das próprias pessoas com deficiência. Além disso, identificou-se a escassez de redes dedicadas exclusivamente à pesquisa científica sobre educação inclusiva e deficiência, o que representa uma oportunidade significativa para o avanço na produção de conhecimento na área — aspecto em que a participação das universidades se torna especialmente relevante.

É evidente que, embora a região tenha avançado em termos de legislação e políticas públicas, persistem desafios como o capacitismo, a falta de acessibilidade adequada e a exclusão educacional. A negativa de matrícula e a ausência de apoio especializado nas escolas continuam sendo obstáculos que

demandam atenção urgente, que impactam diretamente na permanência desse público na educação básica e superior.

O impacto dessas redes pode ser ampliado por meio de esforços coordenados para fortalecer sua estrutura, aprimorar a acessibilidade digital e fomentar a criação de iniciativas que promovam o intercâmbio de experiências entre pesquisadores, educadores e formuladores de políticas públicas.

O foco principal deste estudo foi a sistematização das redes existentes, mas sua análise também aponta caminhos para futuras pesquisas e intervenções, tais como:

1. Fortalecer redes acadêmicas: investir em alianças entre universidades para criar redes voltadas exclusivamente à pesquisa científica sobre inclusão educacional.
2. Aprimorar o monitoramento e a avaliação: ampliar o alcance e a profundidade dos observatórios existentes, incorporando indicadores de impacto regional e metodologias participativas.
3. Inovar na comunicação: assegurar que os sites e plataformas digitais das redes sejam acessíveis e atualizados, utilizando tecnologias inclusivas para ampliar a disseminação das informações.
4. Promover a conscientização: desenvolver programas voltados a famílias e comunidades, de modo a capacitá-las para defender os direitos das pessoas com deficiência e utilizar mecanismos de denúncia.
5. Ampliar a cooperação internacional: consolidar alianças com organismos multilaterais, como a UNESCO e a CEPAL, para alinhar ações regionais aos objetivos globais de inclusão.
6. Apoiar redes representativas: fomentar o surgimento e o fortalecimento de redes específicas, especialmente aquelas centradas em diferentes categorias de deficiência e suas interseccionalidades (raça/cor, gênero, entre outras), garantindo maior diversidade e representatividade.

Com base nesses pontos, reafirma-se a necessidade de um esforço conjunto entre governos, sociedade civil, instituições educacionais e organismos internacionais para superar as barreiras ainda existentes. Somente por meio de ações colaborativas, baseadas em evidências e orientadas pelo respeito à diversidade, será possível consolidar um sistema educacional verdadeiramente inclusivo e equitativo na América Latina e Caribe.

Referências

Apple, MW. (2013). *Can education change society?* Nueva York: Routledge.

- Calderón-Almendros, I. (2019). Differences and inequality in schools: The languages of oppressed people as hope. *Ars Vivendi Journal*, 11(1), 2-11. <https://bit.ly/2GzQ7Wf>.
- Calderón-Almendros, I. (2023). Researching with communities to promote inclusive education. *Lead the Change Series*, (140), 2-4.
- García, M. Silva, T. & Alvarez, P. (2022). Networking for inclusion: Challenges and opportunities in Latin America. *International Journal of Educational Research*, 56(3), 45-60.
- Echeita, G., y Ainscow, M. (2011). La educación inclusiva como derecho. Marco de referencias y pautas de acción para el desarrollo de una revolución pendiente. *Revista Didáctica del Lenguaje y la Literatura*, 12(11), 26-46.
- Krause, A, y García, G. (2025). Red de Universidades Estatales Chilenas por la inclusión de estudiantes con discapacidad: Avances y desafíos a 8 años de su conformación. In: Oliveira, JP & Bracken, S. (2025). *Educação em Rede: Abordagens Comparadas em Contextos Latino-Americanos*, 63-71.
- Méndez, M., Krause Arriagada, A., García, G. I., Solano Meneses, E. E., Cabeza, J., y Araguas, N. (2023). Red Interuniversitaria Latinoamericana y del Caribe sobre Discapacidad y Derechos Humanos: Tejiendo lazos para la transformación. *Trayectorias Universitarias*, 9(16), 118. <https://doi.org/10.24215/24690090e118>
- Oliveira, DA. & Feldfeber, M. (2024). Unionists, teachers, and academics resisting neoliberal reforms: building a network as a third space. *Globalisation, Societies and Education*, 23(1), 365-377. <https://doi.org/10.1080/14767724.2024.2396294>
- Oliveira, JP. & Bracken, S. (2025). *Educação em Rede: Abordagens Comparadas em Contextos Latino-Americanos*, São Carlos. Editora De Castro.
- OMS. Informe mundial sobre la discapacidad. Ginebra: Organización Mundial de la Salud, 2011. <https://www.who.int/es/publications/i/item/9789241564182>
- Red Interuniversitaria Latinoamericana y del Caribe sobre Discapacidad y Derechos Humanos (RedLat). (2025). *Quiénes somos*, en <https://www.red-universidadydiscapacidad.org/>
- REDE REGIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA (RREI). (2023). *Relatório sobre os desafios da inclusão educacional na América Latina*. <http://www.rrei.org>.
- Rocha, L. R. M., Lacerda, C. B. F. de, & Prieto, R. G. (2024). Um retrato das matrículas de estudantes da Educação Especial e da educação de surdos, surdocegos e deficiência auditiva: da Educação

Básica à Educação Superior. *Práxis Educativa*, (19), 1–17.
<https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.19.22596.022>

UNESCO (2015). Replantear la educación ¿Hacia un bien común mundial? *Journal of Supranational Policies of Education*, (4). <https://revistas.uam.es/jospoe/article/view/5678>

UNESCO. *Ensuring the right to equitable and inclusive education*. UNESCO, 2020.

Conflito de Interesses

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Declaração de Contribuição de Autoria

Jáima Pinheiro de Oliveira: Conceitualização, Pesquisa, Metodologia, Gestão do Projeto, Captação de Recursos, Validação, Visualização, Redação da Versão Original.

Luiz Renato Martins da Rocha: Pesquisa, Metodologia, Curadoria de Dados, Análise Formal, Recursos.

Enicéia Gonçalves Mendes: Metodologia, Recursos, Curadoria de Dados, Análise Formal, Redação, Supervisão.

Arlett Krause Arriagada: Metodologia, Recursos, Curadoria de Dados, Redação, Supervisão.